

“VAI TER VIADO SE BEIJANDO, SIM!”: GÊNERO, SEXUALIDADE E JUVENTUDE ENTRE ALUNOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE UMA ESCOLA PÚBLICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Paula Alegria*

RESUMO

O artigo baseia-se em uma pesquisa etnográfica realizada entre os alunos que compõem ativamente o movimento estudantil secundarista de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. Privilegio o olhar sobre as configurações de experimentação da sexualidade e das identidades de gênero e do movimento estudantil, bem como as suas relações com a tradicional instituição e com o mundo para além dos seus muros. O eixo central desta investigação coloca-se no desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e das primeiras experimentações participativas de construção da ação política no âmbito escolar e nas suas relações com a realidade da sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Gênero. Sexualidade. Juventude. Práticas Políticas. Escola.

Gender, sexuality and youth among students of the secondary student movement of a federal public school in Rio de Janeiro

ABSTRACT

The article is based on an ethnographic research carried out among the students who actively make up the secondary student movement of a federal public school in Rio de Janeiro. It privileges the look at the configurations of experimentation of sexuality and the identities of gender and the student movement, as well as their relations with the traditional institution and with the world beyond its walls. The central axis of this research is the challenge of following and understanding the various forms of expression, movement and affirmation through gender performances, sexual practices and the first participatory experiments in the construction of political action within the scope school and in its relations with the reality of contemporary society.

Key-words: Genre. Sexuality. Youth. Political Practices. School.

Genre, sexualité et jeunesse parmi les étudiants du mouvement des élèves du secondaire d'une école publique fédérale à Rio de Janeiro

RÉSUMÉ

L'article est basé sur une recherche ethnographique menée parmi les étudiants qui composent activement le mouvement des élèves du secondaire d'une école publique fédérale à Rio de Janeiro. Il privilégie le regard sur les configurations de l'expérimentation de la sexualité et les identités du genre et du mouvement étudiant, ainsi que leurs relations avec l'institution traditionnelle et avec le monde au-delà de ses murs. L'axe central de cette recherche est le défi de suivre et de comprendre les différentes formes d'expression, de mouvement et d'affirmation à travers les performances de genre, les pratiques sexuelles et les premières expériences participatives dans la construction de l'action politique dans le cadre l'école et dans ses relations avec la réalité

* Doutoranda na Universidade de São Paulo (USP). Antropologia Social. Contato: paulaalegriab@gmail.com

de la société contemporaine.

Mots-clés: Genre. Sexualité. Jeunesse. Pratiques politiques. École.

INTRODUÇÃO

O ano de 2013, para os jovens que acompanho, pulsa intensamente^{1 2}. Dois anos depois, as “Jornadas de Junho” desabrochavam como as flores de uma primavera que ainda não tinha acabado. No colégio onde empreendi trabalho de campo para a pesquisa etnográfica do mestrado, em 2015, encontrei estudantes e professores com sede de tudo: igualdade, comunhão, coletividade, ruptura, conservadorismo, rebeldia, visibilidade, horizontalidade, hierarquia, manutenção e transformação - “É tanta coisa que nem cabe aqui”, diziam cartazes do ano que se estendia em primavera³.

Esse agir ambíguo e fugidio redundava na dificuldade em apontar um caminho único, ensejar uma conclusão totalizadora, um conceito significativo das experiências daqueles alunos e professores. Não havia “de um lado” ou “de outro”: as diferenças se entrelaçavam e se misturavam como uma e como múltipla, eram inclassificavelmente diversas e variáveis na sua unidade. Dentro do movimento estudantil ou no pátio da escola, as vozes se somavam em um grito polísono e irregular. Era na trilha de ação e produção de sentido, na constituição do movimento estudantil e das experiências das práticas sexuais e das identidades de gênero, nas dissonâncias de discursos e de quererem, que se tornava simplificador o registro de um mapa absoluto, unificador e totalizador.

Frente Feminista, Frente LGBT, Frente Reacionária Democrática, Frente Masculinista, Coletivo Feminista, Coletivo LGBT, Grupo de Estudos de Gênero, Laboratório da Diversidade, Núcleo de Pesquisa, os “Sem-

Frente-Nem-Coletivo-Nem-Grupo-Nem-Núcleo” e os “Contra tudo”: vi espriarem-se as multiplicidades de discursos e de tensões que as questões de gênero e de sexualidade impunham aos alunos na realidade escolar e no seu tão aclamado movimento estudantil e corpo docente. Pelos gritos de uns e sussurros de muitos outros, os conflitos chegaram à reitoria e mereceram formalidades nos mais altos patamares da instituição, como a formação de um núcleo para a “construção de uma política institucional de gênero e diversidade sexual”. Nada impediu, no entanto, que estourassem, por todo canto da escola, os conservadorismos e as discriminações, mais sutis ou mais escancaradas, dos que se colocavam “contra tudo isso que estava aí”.

Com o tempo e incontáveis reflexões sobre o trabalho de pesquisa, cheguei a “outros traçados de conflitualidade, [a] uma nova geometria da vizinhança ou do atrito” (Pélibart, 2003, pg. 142), na tentativa de reconhecer a composição recíproca das diferenças em torno da construção do debate e das experimentações da sexualidade e das performances de gênero dentro da escola. Para tanto, me parecia indispensável um salto para *fora*: a onda questionadora das sexualidades e dos binarismos de gênero perturbava a ordem interna no colégio, ao mesmo tempo que a crítica conservadora ao “gayzismo”, às “feminazis” e à “ideologia de gênero” se intensificava aqui e lá: nos discursos inflamados que invadiam os corredores da escola e nas campanhas da parcela mais conservadora e religiosa da sociedade. A marca à esquerda da luta do movimento estudantil secundarista e as resistências ao poder normalizador da instituição e da sociedade incomodavam quem assistia do lado de dentro e

1 Este artigo é uma versão do trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

2 A reflexão apresentada toma como base a pesquisa realizada durante o meu curso de Mestrado em Ciências Sociais na PUC-Rio, intitulada “Sexualidade, política e juventude: uma etnografia das configurações de experimentação da sexualidade e do movimento estudantil entre alunos de uma escola pública” (ALEGRIA, 2016), mais especificamente às observações realizadas no ano de 2015. A pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES.

3 Desde 2014, dedico-me à pesquisa etnográfica entre os alunos secundaristas ativos no movimento estudantil do Rio de Janeiro. A partir de 2016, amplio e aprofundo meu escopo de análise também para a cidade de São Paulo, onde acompanho o grupo de estudantes “autônomos” responsáveis, em sua maioria, pelo movimento de ocupações de escolas públicas de 2015, na primeira onda de ocupações da chamada “Primavera Secundarista”. Ver mais: ALEGRIA, P. MORESCO, M. (2017).

do lado de fora dos muros do colégio.

Preconceitos difusos, intenções ambíguas e agressões marcantes incidiam sobre os alunos que mantinham práticas trans, homo ou bissexuais e performances não-binárias de gênero na escola ou sobre aqueles que apoiavam as manifestações por igualdade e “diversidade sexual”. Ao pretender “proteger” esses alunos, o setor pedagógico e alguns docentes insistiam em recorrer a “estratégias discursivas” (Junqueira, 2009) que, mesmo sem fazer nítidos discursos homo/bi/transfóbicos ou assumindo posturas declaradamente heterossexistas, retomavam representações estigmatizantes e elaboravam mecanismos de discriminação capazes de fortalecer e de propagar discursos pouco acolhedores na escola. Muitas vezes, condutas engendradas pelo corpo institucional e docente, como a de ligar para os responsáveis de alunos homossexuais, apelidar um estudante trans de “Pepê e Neném” ou orientá-lo a usar um banheiro exclusivo, geravam não apenas ambientes desfavoráveis à visibilização da diferença, mas também produziam um tipo de “condenação moral” (Junqueira, 2009), que pairava como uma ameaça a todos - tanto aos que gritavam “não vou me esconder atrás da pilastra” quanto àqueles que temiam se expressar⁴.

Em 2015, ano em que me detive mais concentradamente às observações etnográficas descritas aqui, o país parecia dar uma guinada à direita, “pós-Jornadas de Junho”, na forma de uma oposição popular recheada de conservadorismos e gritos extremistas. Não raro, nas manifestações contra a presidenta Dilma Rousseff e o seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), as bandeiras que pediam por intervenção militar e pela “privatização de tudo” embaçavam os olhos de quem via de fora e também provocavam tensões entre os que acompanhavam a mesma caminhada. Simultaneamente ao engajamento popular e partidário das ruas, a luta das mulheres na Marcha das Vadias e a ocupação dos alunos nas escolas em São Paulo identificavam também velhos “vilões”, embora, ao contrário das outras manifestações, não apontassem para nenhum

“mocinho” entre a classe política. Abriam-se, antes, ao “respirável”, ao “desejo de rua”, ao ensejar de “situações de encontro ou fricção, (...) na cólera ou na alegria” (Péllbart, 2015). Para esses movimentos, contavam eles com eles próprios, mais no gesto de abrir-se ao que estava em vias de ser e menos no fim político-partidário antecipado pelas suas reivindicações.

No colégio, as práticas políticas se constituíam em movimento, por *entre* os alunos, e se realizavam nos espaços menos sob a ótica da “disputa pelo poder” e mais pelas manifestações micropolíticas (Guattari e Rolnik, 1986) de ações engendradas no cotidiano, coletiva e autonomamente. Falar em política e movimento estudantil secundarista, neste sentido, não significa privilegiar exclusivamente uma narrativa sobre o poder, mas, sobretudo, um estudo sobre as relações sociais a partir das primeiras experimentações participativas de construção da ação política e de aprendizado coletivo destes atores. Tal modo de configuração do fazer coletivo me atentava para a virada do “o grêmio é você”, carregado de si, como inicialmente divulgado pela chapa em época de eleições, para “o grêmio é todo mundo”, cheio de nós, posteriormente adotado quando já eleita. Não havia “os alunos do grêmio” porque o grêmio era, na sua forma de existir e de se configurar como um espaço de construção da ação política e de ativação da potência coletiva, todo mundo que quisesse sê-lo.

Quando pensava uma forma de configuração política que se construía pela via da participação coletiva e que tinha no espaço não a sua apropriação, mas a abertura ao “uso comum” (Agamben, 2007), à autonomia e à horizontalidade, concebia também todo um campo de possíveis no momento mesmo em que outras modulações da experimentação política se abriam no mundo, para além da “forma-partido” (como no Brasil, na Grécia e na Espanha)⁵. Ao mesmo tempo, na escola, esta perspectiva esbarrava em uma floresta de conservadorismos e na herança disciplinar da sua estrutura institucional, baseada nos princípios da hierarquia e da autoridade, ainda que alguns

4 Para discussões sobre questões de gênero e discriminação contra pessoas LGBTQs no campo da educação, ver, entre outros, Carvalho (2001) e Junqueira (2009b), autores inspiradores para as reflexões aqui apresentadas.

5 Ver mais: NUNES, 2014.

desejassem contê-la. Era no aprendizado contínuo e na politização das sexualidades e dos gêneros que a resistência ao poder normatizador do currículo, do regimento da escola e dos conservadorismos se prolongavam com a infreável “difusão de comportamentos resistentes e singulares” (Pélibart, 2003, pg. 142).

Desta forma, as lutas pela afirmação de identidades minoritárias (homo, bi, transexual e outras) e as suas constantes reinvenções lançavam luz sobre uma cena juvenil e contemporânea de ressignificações e apropriações de termos e de comportamentos, no interior de uma dinâmica crescente da produção de discursos conservadores, hierarquizantes e normalizantes – também variáveis nas suas diversas configurações internas. Assim, tanto afirmar-se lésbica, *gay* ou homossexual, quanto aliar-se a uma performatividade *queer* significava instaurar uma força política. Pelas desestabilizações das categorias de identidade, pautadas na fluidez e na ambiguidade de quem rejeita estereótipos “impermeáveis” (Eugênio, 2006) – como jovens que transitam no *entre*, em um gesto des-essencializador das performatividades de gênero e de práticas sexuais e afetivas –, ou pela citação descontextualizada do que seria um insulto homofóbico e machista (“viado”, “sapa”, “sapatão”, “vadia”), propunham a abertura de brechas para a produção e a afirmação de subjetividades e também o deslocamento (ou a “confusão”) das posições de enunciação hegemônicas que uma palavra ou um comportamento outrora poderiam provocar⁶.

Quando, no “BeijATO”, alunos se reuniam para um protesto em retaliação às intimidações do setor pedagógico em uma manifestação de beijos *gays*, as afirmações das categorias identitárias, as suas ressignificações e deslizamentos pareciam ainda mais evidentes. Ao mesmo tempo que lutavam contra a perpetuação de discursos preconceituosos e estigmatizantes pela via da

afirmação identitária (“Vai ter viado se beijando, sim!”, “Não vou me esconder atrás da pilastra”), a presença de alunos que desamarravam as suas performances dentro de uma perspectiva *queer* (como os não-binários) abria caminho para uma observação que considerasse não a “forma pronta”, o “modelo generalizante”, mas a composição recíproca das diferenças entre os alunos. Além disso, os usos de expressões ressignificadas (“Vai, viado!”) e as pichações que enfeitavam e politizavam o grêmio (“Aqui só tem sapatão”) faziam dos insultos pronunciados por heterossexuais, para conter lésbicas e homens *gays* nas amarras da sua abjeção, um discurso contestador e produtivo por parte de “um grupo de ‘corpos abjetos’ que, pela primeira vez, tomavam a palavra e reclamavam sua própria identidade” (Preciado, 2014, pg. 28). Da mesma forma, a abjeção de certos tipos de corpos, “sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade” (Butler, 2002), manifestava-se em políticas e na política, como nas reivindicações do uniforme não-binário para contemplar não só alunos transexuais, que buscavam garantir este direito ao menos no plano jurídico, por meio de uma Resolução⁷, mas também aqueles que flutuavam e se compunham por *entre* as classificações generificadas.

Desmantelar, bagunçar os referentes normativos do gênero e da sexualidade para, então, reinseri-los em um novo círculo de ressignificações e afirmações, no sentido da operação ontológica e da performance no mundo, “mesmo que apenas para apresentar a própria ontologia como um campo questionado” (Butler, 2002), fazia-se, então, crucial. A estratégia não parecia impor uma ruptura ou uma plena continuidade de determinados comportamentos ou classificações identitárias, mas, ao contrário, usá-los mais, contorcê-los, subvertê-los, explorá-los e resgatá-los, “submetê-los ao abuso” (Butler, 2002), de modo que não conseguissem mais operar

6 Sobre processos de ressignificação de termos (como “viado” e “bicha”), de comportamentos (como as configurações políticas implicadas no “ser” e “estar”) e a história do movimento LGBT no Brasil, ver, entre outros: MacRae (1990), Fry e MacRae (1983), Carrara e Simões (2007) e Facchini (2005).

7 No mesmo ano das observações aqui descritas, em janeiro de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou no Diário Oficial da União a Resolução de nº 12, que estabelece parâmetros para “a garantia das condições do acesso e da permanência” de travestis e transexuais nas escolas. Lê-se Resolução nº 12, DOU, 2015, na íntegra, no site: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>. Acesso em julho de 2015.

com o que normalmente operavam, fazendo saltar “corpos que importassem” nos esquemas de inteligibilidades e de experimentações disponíveis e aceitas no pátio do colégio.

Os objetivos deste artigo, portanto, atentam-se para uma análise sobre as configurações de experimentação e expressão da sexualidade e do gênero no interior do movimento estudantil, bem como as suas relações com a tradicional instituição e com o mundo para além dos seus muros. O eixo central coloca-se no desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e das primeiras experimentações participativas de construção da ação política no âmbito escolar e nas suas relações com a realidade da sociedade contemporânea

2. Notas Etnográficas

2.1.A “politização da sexualidade” e a “sexualização da política” na escola

Eu já me preparava para a reunião do Coletivo de meninas, na qual falariam sobre a participação na Marcha das Vadias, quando o aluno Magro (nome fictício)⁸ postou um desabafo nas redes sociais. Ele contava que o setor pedagógico havia ligado para a casa dele, insinuando sobre a sua homossexualidade. A sua mãe, com quem falavam, respondia como se tratassem das relações afetivas do filho em tom de “problema”. Magro contestou fortemente a exposição a que fora submetido e o pouco cuidado do setor ao abordar o assunto com a sua mãe sem ao menos conversar com ele. E, no final da postagem, avisou: “Vai ter viado se beijando, sim!”

Aos poucos, começaram a aparecer outros relatos como o do Magro entre a minha rede de amigos no *Facebook* - parecia que ele não havia sido o único escolhido para telefonemas daquele tipo. A mobilização estudantil sobre o que fazer contra a conduta do setor pedagógico foi rápida: realizariam um “BeijATO Gay”, ao meio-dia (horário entre os turnos), no pátio da unidade-sede. A ideia era reunir os alunos LGBT para um

protesto em retaliação às intimidações do setor em uma manifestação de beijos *gays*: o “BeijATO” (em alusão a “beijaço”). E eu, que pensava em ouvir as meninas feministas no mesmo lugar e horário, tinha, agora, compromisso de campo ainda mais empolgante.

Quando cheguei, o pátio já estava cheio. Muito alunos se concentravam nas escadas para ver o “BeijATO Gay” “de camarote”, outros chegavam a subir nos bancos e a se pendurar nas grades para enxergar melhor. Quem foi só para assistir andava de um lado para o outro, com o olhar atento e curioso, e cochichava com os amigos sobre tudo o que via. “Tá cheio de viado se beijando, de lésbica se beijando, vem ver, vem ver!”, “Mas eu conheço aquela garota! É lésbica?!”, “Cara, eu vi um *gay* beijando uma lésbica! Isso existe? Moleque, isso existe!”, “Eles não se beijam só entre eles, não. Existe tudo, moleque, existe tudo”, era o que se ouvia entre a multidão de espectadores. Os mais novos também se aproximavam para olhar e até entrar para a roda dos “beijoqueiros”, formada, em maioria, pelos estudantes do Ensino Médio. Via de perto um aluno do 7º ano entre os colegas, concentrado, criando coragem, quando uma amiga olhou nos seus olhos e disse, firme: “Vai, viado! Vai!”. E ele, agora decidido, encheu o peito, levantou a cabeça, jogou a mochila no chão e foi para a roda beijar. Parecia-me um momento revelador.

Três faxineiras desceram do elevador e perguntaram a uma aluna o que estava acontecendo. Ela, que tinha uma faixa amarrada na cabeça: “Beijar é bom e é de graça. Aproveitem!”, explicou que se tratava de uma manifestação contra as ações motivadas por preconceito vindas do setor pedagógico da escola. “Ah, mas a gente apoia vocês! É isso aí!”, disse uma das moças. Logo depois, chegava uma aluna em uma cadeira de rodas, acompanhada de seu pai, que perguntou: “Isso é protesto de quê?”. “É um beijo *gay*, pai”, respondeu a menina. “Beijo *gay*? Manifestação que não tem decência tem que ser tratada com tiro, porrada e bomba! Por isso que na bandeira está escrito: ‘ordem e progresso’. É porque tem que ter ordem para ter progresso!”

Reconheci também algumas professoras que

8 A fim de resguardar a identidade de interlocutores, opto por apresentar nomes fictícios ao longo de todo o artigo.

já haviam manifestado apoio ao ato no grupo de estudos de gênero no *Facebook*. Elas assistiam à manifestação e se colocavam ao lado dos estudantes para dialogar com o setor pedagógico. Entre um beijo e outro, a turma do ato e a galera que os apoiava puxavam cantos de protesto: “A nossa luta é todo dia! Contra o racismo, o machismo e a homofobia!”. E o setor, é claro, não ficou de fora dos gritos: “Ei, [abreviatura do nome do setor pedagógico], vai tomar no cu!” e “Vem, vem, vem, [abreviatura do nome do setor pedagógico], vem!” era o que cantavam com o intuito de provocá-los e fazê-los descer até o pátio para conversarem.

“Abio, abio, abio, vem beijar o Fabio!”, cantavam os meninos mais animados com os beijos das garotas lésbicas. Ao passo que, na hora dos beijos entre os garotos, murmuravam: “Porra, o Marco, não! Que nojo!” ou “Ai... Viado se beijando... Argh!”. O grupo de cinco ou seis alunos não se desgrudou. De tudo, achavam graça e faziam brincadeiras. Pareciam se divertir bastante; para eles, foi um verdadeiro entretenimento. Para quem ouvia, porém, suas piadas poderiam ter conotação homofóbica e até machista, como quando abordavam as meninas que passavam: “Vem cá me beijar também!”.

Quando um casal bi ou homossexual se beijava, podia-se notar de longe. O alvoroço era geral. Os gritos eram muitos: para vibrar, para apoiar, zombar e também agredir. Não tardou para que os cartazes que fizeram para o ato e para a Semana da Diversidade fossem arrancados e rasgados e as vaias ficassem ainda mais intensas.

Em certo momento, um grupo de alunos passou a jogar água nos estudantes que se manifestavam beijando, como forma de atacá-los. Depois, passaram a lançar restos de comida. Os gritos contra a homofobia se intensificavam. Não se renderiam à humilhação. Mas a parcela de alunos mais conservadora da escola também não parecia disposta a ceder. Ateavam feijão, arroz, carne ensopada e todo resto de comida que encontravam pelas mesas do pátio diretamente nos alunos que protestavam. Via também voarem sachês de *ketchup* e mostarda, a manchar o uniforme dos colegas e a deixá-los cada vez mais constrangidos. Ajudavam-se limpando uns os uniformes dos outros, tirando os restos de alimentos do cabelo e esfregando as

manchas de *ketchup* na camisa, se encorajando a não interromperem o ato. Esta, no entanto, não era a primeira manifestação de ódio dos mais conservadores. A eles, diziam, o “grêmio não representa”. Paçoca me contou que tinham um líder mais agressivo e obstinado. “Tá vendo eles encostados ali na grade? Então... O Leandro fala que vai bater nos gays. Ninguém gosta dele, eu nem olho na cara dele”.

Quando o ato terminou, os alunos manifestantes penduraram de volta os cartazes, limparam a sujeira e os restos de comida do chão do pátio e conversaram sobre a possibilidade de subir até a sala do setor pedagógico para propor um diálogo. Porém, Sereia comentou que não gostaria de entrar lá porque já haviam desgastado muito a sua relação com a mãe neste sentido. “Gente, já ligaram pra minha casa pra dizer que a minha atividade no grêmio era subversiva!”, contou uma aluna, na sala do grêmio, depois do protesto. “Ah, eles já falaram que a gente vende drogas aqui. Já disse que quem vende drogas é a cantina...”, brincou Sereia.

2.2. “Viva o machismo!”

Meses antes do “BeijATO *Gay*”, um conflito entre meninas e meninos no Campeonato de Futebol Masculino foi o estopim para o “racha” ganhar contornos mais nítidos. Um aluno do Ensino Fundamental foi à sala do grêmio buscar informações sobre o campeonato e, quando entrou, só havia garotas. Ele concluiu, então, que ninguém poderia ajudá-lo e foi embora. As meninas insistiram e se propuseram a responder alguma dúvida, já que também integravam a comissão de organização, mas ele se negou e disse que apenas um garoto poderia responder aos seus questionamentos. Elas tomaram a atitude como um ato machista e decidiram, então, preparar uma carta para ler no dia do próximo jogo e pedir que o garoto se desculpasse; caso contrário, seria suspenso do jogo em questão. Na ocasião, os alunos se uniram e disseram que não se desculpariam, pois não haviam feito nada de errado.

No dia do encontro do grupo de estudos de gênero, os estudantes não puderam comparecer justamente por causa do campeonato. Então,

as professoras e eu ficamos conversando sobre o tal desentendimento e a professora Rainha comentou: “Não dá mais para aguentar certas coisas [por parte das meninas]. Agora, tem que ver como vai fazer isso para não gerar mais ódio com um combativismo radical”. Para a professora Ana, “Elas se utilizaram de um pequeno poder que elas tinham para expor um garoto do Ensino Fundamental para suspender o menino do jogo e produzir uma violência. Elas não podem usar o escracho assim. É claro que ele ia reproduzir o machismo. Ele queria saber sobre o campeonato masculino. Foi procurar os meninos. Elas têm que se colocar pedagogicamente. Mas é isso, é acerto e erro. Elas acertam em muitas outras coisas”. Já a aluna Peixinha acreditava que era importante reagir e que todos ouvissem o que as garotas tinham a dizer, não apenas o aluno em particular, porque “isso não é algo particular dele. Isso é algo que todos os meninos fazem. Nenhuma opressão será tolerada. Essa carta serviu pra todos os meninos repensarem”.

Foi depois deste controverso episódio que o grupo de estudantes mais conservadores se organizou, politicamente, para agir contra a parcela de alunas feministas, pessoas LGBTQs e professores aliados. Chegaram a criar um Coletivo e páginas nas redes sociais, como a dos alunos machistas, masculinistas e reacionários democráticos. Nas mídias digitais e nos corredores do colégio, provocavam os outros estudantes e se manifestavam explicitamente contra o feminismo. O novo Coletivo chegou a estampar na porta da sala dos professores de Sociologia o seguinte recado: “Respeitem o meu machismo!”. Para uma aluna que não se envolvia em nenhum dos grupos, “Eles são contra as atitudes de algumas feministas daqui da escola que são muito radicais”. Ela se referia a estudantes como Peixinha, que participou do caso do campeonato e acreditava que “criar uma página machista” era, por si só, “incitar o ódio e a desigualdade de gênero”.

Durante a Semana da Diversidade promovida pelo grupo de estudos, o mural “Ouvi na escola” enfeitou o colégio, reunindo frases que os jovens haviam, pouco a pouco, depositado dentro de uma caixa no corredor do Ensino Médio. A ideia

era estimulá-los a estampar, para todo mundo ver, os discursos racistas, machistas e trans/bi/homofóbicos que percebiam recorrentemente na comunidade escolar e, assim, incentivar o debate para a sua desnaturalização. As frases deixavam abertas as pistas sobre a visão de mundo de quem falava, na maioria das vezes, com o intuito de fazer “humor” e ser “irônico”, como um professor de Física⁹: “Os físicos de hoje em dia não fazem descobertas geniais porque as mulheres usam roupas curtas, o que distrai os físicos, antigamente não tínhamos distração”. Ou o diálogo: “Isso aqui é falta de namorado, quando ela arranjar um homem vai ficar quietinha”, disse um professor, ao que uma aluna reagiu: “Professor! Isso é machismo!”, e, então, ele comemorou, ironicamente: “Viva o machismo!”. “Tinha que ser sapatão...” e “Pintar é coisa de viado, sai daqui!” também integravam o painel como falas vindas de alunos.

No entanto, nem todos levaram com seriedade a proposta. “Sofro preconceito porque sou puta e pego garoto que faz cu doce e não curte sadomasoquismo. #CHATEADA #CHORANDO [desenho de um *emoticon* chorando]” e “Sofro preconceito porque sou sadomasoquista [desenho de um chicote batendo em um coração]. 50 tons de roxo [desenho de um coração]” foram duas das manifestações enviadas com o propósito de desqualificar a iniciativa do grupo e excluídas da composição final do mural.

Não só alunos reagiram negativamente à Semana da Diversidade e, especificamente, ao “Ouvi na escola”. As repercussões vinham de todo lado. “Um dos professores de Biologia se sentiu injustiçado com a frase ‘orgasmo masculino é mais importante que o feminino’, e fez discurso com as turmas. Cheguei um dia no colégio e a equipe de Biologia estava em reunião falando sobre isso. Eu me intrometi, conversei com eles, uma conversa insuportável, porque para eles se é ‘ciência’ é fato, e pareceu que esse tal professor estava sinceramente preocupado com o machismo na Biologia”, contou Rainha, uma das professoras envolvidas na organização do evento e do grupo de estudos. “Só que ele chegou nas turmas depois da reunião dizendo que se era para polemizar, então, ia dizer que

⁹ No mural que compôs a Semana da Diversidade, “Ouvi na escola”, as frases não eram assinadas.

estupro é justificado pela Biologia e que podia colocar o nome dele e a frase no mural”. Depois do episódio, algumas alunas, preocupadas com os efeitos de um discurso como esse, procuraram as professoras que, imediatamente, levaram o caso à coordenação, à chefia de departamento e à direção. “Depois de toda essa confusão, soubemos que alguns professores foram pedir ao chefe de departamento de Sociologia que impedisse a atividade, que retirasse as frases do mural. Tiramos porque algumas frases que não estavam na caixa começaram a aparecer, frases atacando o feminismo. Ficamos com receio de que aparecesse algum nome ali, por isso tiramos”, disse Rainha.

O então professor de Biologia foi orientado a se justificar em todas as turmas em que comentou sobre estupros e a relação com a ciência, respaldando o seu comentário na afirmação de que não concordava e não se alinhava ao machismo, mas que era preciso dar conta de algumas “teorias”, do contrário, “como espécies animais continuariam a se perpetuar?”, sem que o macho “estuprasse” a fêmea. Os velhos determinismos biológicos e de gênero, provocadores de antigos e duros embates (O que é social e o que é biológico? O que é da natureza, o que é cultural?), pareciam, para o professor, justificar, em alguma medida, com base em teorias científicas, um sistema socialmente opressor. Estariam as meninas determinante e biologicamente fadadas ao estupro em prol da “perpetuação da espécie humana”? Perguntavam-se as feministas. As professoras iam além: poderia o colega responder criminalmente por tais manifestações? Para elas, todo esse discurso fundamentava e fazia apologia a um crime.

Mesmo com as retratações em sala, a fala do professor concedeu base teórica e munição para discursos conservadores. A partir de então, o grupo de alunos declaradamente “reacionário democrático” (ou, antes, “machistas” e “masculinistas”) viu na teoria científica o respaldo que precisava para legitimar as suas afirmações. “Não é machismo, é teoria, viu?”, “Tá vendo, ‘feminazi?’”, diziam às meninas.

No Ciclo de Debates promovido pelo Laboratório da Diversidade, para o qual convidaram alunas, acadêmicos, intelectuais e militantes a fim de abordarem questões de

gênero e sexualidade que marcassem o cotidiano na escola, as tensões continuaram. Quando duas garotas do Coletivo feminista foram à frente participar da mesa, ouvia vaias do fundo da sala. Os estudantes, que já haviam ameaçado invadir o grêmio e quebrar tudo, bloqueavam a passagem de certos alunos pelo colégio e, agora, intimidavam as meninas a falarem. Quando a mesa abriu para o debate, a criação de uma “Frente Reacionária Democrática” veio à tona. “Eles criaram a ‘Frente Machista’, que depois virou ‘Frente Masculinista’, e agora é ‘Frente Reacionária Democrática’ porque já deu muito problema com o nome”, explicou Paçoca, no microfone.

Tomar a masculinidade e a feminilidade como “metáforas de poder e de capacidade de ação” (Almeida, 1996, p. 2) e a “masculinidade hegemônica” como um modelo cultural ideal (Almeida, 1996) ajuda a pensar as motivações para as ações dos garotos machistas ou masculinistas como um gesto de controle da “autoridade masculina” e efeito de um privilégio potencial no discurso sobre relações de poder e moralidade, tanto direcionado às meninas quanto às “masculinidades subordinadas” (Almeida, 1996), como dos homossexuais.

Um paradoxo deve, desde já, ser elucidado: se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos, conceptualizadas como simétricas e complementares, na arena do poder são discursadas como assimétricas. (...) Mais: a própria masculinidade é internamente constituída por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”), em que se detectam modelos hegemônicos e variantes subordinadas (os termos são de Carrigan, Connell e Lee, 1985). Isto só pode significar duas coisas: que a masculinidade não é a mera formulação cultural de um dado natural; e que a sua definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, autovigiado e disputado (Almeida, 1996, pg. 3).

Neste sentido, a relação entre as categorias feminino e masculino não é, a partir de uma avaliação moral, como as duas faces de uma moeda, mas uma configuração assimétrica e desigual que se reproduz nas bases de um processo de naturalização. A ideia corrente de

que os homens são, naturalmente, carregados de pulsão sexual (a prova da sua virilidade), o que os levaria a naturalizar e legitimar atos de abuso e assédio, por exemplo, é parte desta construção de uma “cultura da masculinidade” (Almeida, 1996). Dessa forma, “cria-se um modelo de masculinidade altamente hierarquizador, onde feminiza-se aquele que se quer humilhar e vangloria a masculinidade daquele que se deseja elogiar” (Almeida, 1996, pg. 12). A “masculinidade hegemônica” está, pois, como elemento central nas negociações das relações sociais aqui desenvolvidas. Para Almeida (1996), “patriarcado” pode ser a definição de uma ordem de gênero específica, na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. As intensas agitações sociais desde as últimas décadas para a contestação desta organização, no entanto, abrem a possibilidade para um “período de transição histórica, de transformação da hegemonia” (Almeida, 1996, pg. 4), em que as tensões, os ruídos e as disputas têm se tornado ainda mais audíveis e perturbadores.

2.3. Entre “gayzistas”, “feminazis” e “esquerdopatas”

Ao mesmo tempo que a onda questionadora das sexualidades e dos gêneros perturbava a ordem escolar dentro do colégio, do lado de fora, toda a crítica conservadora ao “gayzismo”, ao “feminazi” e à “ideologia de gênero” fazia correnteza aos discursos juvenis inflamados que invadiam os corredores. E o contrário também acontecia: a marca à esquerda da luta do movimento estudantil e as resistências ao poder normalizador da escola e da sociedade incomodavam quem assistia do outro lado do muro.

O moderador de uma página declaradamente de direita no *Facebook* que contava com milhares de curtidas e visualizações em 2015, manifestou, em vídeo, o seu repúdio ao “BeijATO” dos alunos, baseado em polarizações (direita x esquerda;

detentores da moralidade x “vermelhos”) e no discurso comum às bancadas religiosas e extremistas no atual cenário político do país.

Esse evento durou cerca de uma hora, um evento nada mais, nada menos do que um beijaço *gay* e lésbico no pátio da escola. E você, pai, você, mãe, que coloca o seu filho pra estudar acontece esse tipo de coisa. E o pior de tudo, nenhum profissional do colégio, nenhum, nem professor, nem nada, parou com a pouca vergonha, não! Muito pelo contrário, porque esse tipo de professor que ta aí, no caso, nesse colégio especificamente, são professores completamente de esquerda. São professores que apóiam ‘ideologia de gênero’, que escrevem alunos com ‘x’, brancos com ‘x’, negro com ‘x’, tudo com ‘x’. São um bando de vermelhos que estão conseguindo desmoralizar a educação nesse país, uma escola de excelência, que foi uma instituição católica. Onde já se viu numa instituição católica estar acontecendo isso? Isso é um absurdo e isso tem que acabar é agora! (...) Isso daí é uma pouca vergonha, esses vermelhos estão conseguindo destruir a educação dos nossos jovens e eu espero que todos os meus amigos de direita e todos os companheiros de direita, façam a mesa coisa que estou fazendo: mostrem repúdio a esse tipo de ação! (Transcrição de parte do vídeo postado na página do *Facebook*)¹⁰.

No mesmo ano, um colunista de uma importante revista de alcance nacional também manifestou a sua insatisfação em relação aos recentes episódios do colégio, associando-os ao “petismo” e a “esquerdismos mixurucas”. Ele abordou o tema da desgenerificação dos cabeçalhos de provas e testes com a adoção do termo “alunx”, no lugar de “aluno”, e lamentou o “mal” que acometeu a “gloriosa” e “tradicional” instituição. A iniciativa do professor de Biologia em prol da desgenerificação tornou-se conhecida por uma matéria de jornal de grande circulação publicada um dia antes da coluna. O professor, que “não era muito engajado com os movimentos”, como revelado em entrevista, a partir das reivindicações estudantis sobre igualdade de gênero e das primeiras menções

10 Opto por não identificar a página referida acima e o colunista e parlamentar citados a seguir a fim de preservar a identidade do colégio.

ao termo “alunx” nos informes e postagens do grêmio nas redes sociais, decidiu conversar com os estudantes e abriu-se a transformações nesta direção. Em rodas de conversa, comunicados escritos e postagens nas redes sociais (dos perfis pessoais e das páginas dos Coletivos e Frentes), eles preferiam aderir ao “x” ou também ao “e” (de forma a tornar as palavras desgenerificadas pronunciáveis) no lugar dos sufixos marcadores de gênero “a” e “o”. Assim, desfaziam a suposta neutralidade e hegemonia das derivações masculinas, além de não cravarem, no discurso, as diferenças de gênero de/para quem se fala e resguardarem a não-binariedade de certas performances. Em referência à coluna, um parlamentar evangélico chegou a chamar o colégio de “antro de esquerdopatas” pelo *Twitter*. Pouco depois de a postagem “viralizar”, estudantes incluíam às suas fotos nas redes sociais o *template* com um “x” e diziam: “esquerdopata com muito orgulho!”. O dirigente da escola se manifestou sobre a repercussão do caso e rebateu as críticas por meio de uma nota pública baseada no discurso pela “tolerância”, pelo “amor ao próximo” e pela “igualdade”.

O combate a uma suposta “ideologia de gênero”, corrente que deturparia os entendimentos sobre o que é ser homem e mulher, destruindo o arranjo familiar tradicional na visão dos seus defensores, não era “privilegio” apenas do colégio em questão - aquele que deveríamos preservar por suas “tão gloriosas tradições”, como disse o colunista. Segundo os apoiadores da luta contra a chamada “ideologia de gênero”, o “(...) objetivo é proteger a família, dar tranquilidade aos pais e proteger também as nossas crianças. Um menino de três anos de idade, como ele vai entender que não é menino, nem menina, que ele não nasce homem ou mulher? Realmente traria um transtorno muito grande. É isso que nós estamos combatendo”¹¹ – como disse o presidente da Câmara, Paulo Conrado, do

Partido Social Democrático (PSD), autor de uma lei que proíbe a discussão dos temas de gênero e sexualidade no plano de educação das unidades escolares de Volta Redonda, em entrevista ao portal de notícias G1 (2015). Em Minas, Leandro Genaro, eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e filiado, no curso do mandato, ao PSD, afirmou que “ideologia de gênero é uma praga que veio do marxismo, passa pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos”¹² (Folha, 2015). Já a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), divulgou nota em que declara que a “introdução a essa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias”¹³ (UOL, 2015).

A polêmica sobre a “ideologia de gênero” nas escolas atingiu o seu ápice um ano antes, em 2014, quando as questões de gênero e sexualidade foram retiradas do texto que seguia em tramitação no Congresso Nacional pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que concebeu diretrizes para os dez anos seguintes. Em 2015, o debate voltou à tona e muitos deputados, pressionados pelas bancadas religiosas, foram orientados a fazer o mesmo, banindo as referências à identidade de gênero, diversidade e orientação sexual também dos planos de educação dos seus municípios e estados. Entre os trechos vetados, estão: metas de combate à “discriminação racial, orientação sexual ou à identidade de gênero”, censos sobre educação entre travestis e transexuais e incentivo a programas de formação sobre gênero, orientação sexual e diversidade.

3. Inspirações finais

Buscava desfazer as fronteiras entre o que era de “dentro” do colégio e o que acontecia “fora”, borrando os limites entre o macro e o micro, para pensar essas perspectivas em influência mútua.

11 Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias G1, disponível no site: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/09/lei-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-em-escolas-de-volta-redonda.html>. Acesso em janeiro de 2016.

12 Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias Folha.com, disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em janeiro de 2016.

13 Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias UOL, disponível no site <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em janeiro de 2016.

Ao mesmo tempo que problemáticas mais amplas da sociedade borbulhavam nas ruas e nos jornais, costuravam-se tramas em todo canto da escola capazes de ultrapassar os seus muros e de ativar a sua relação com o mundo, atualizando as interações com o país e a cidade, como em uma construção de realidade vulnerável ao outro; um campo em que forças vivas se afetavam mutuamente, formando um espaço micropolítico em que se agitavam dimensões macroestruturais e vice-versa.

Neste caso, o perigo era sempre iminente; a molecularização dos atos políticos para a resistência não assegurava a derrota dos conservadorismos, tampouco garantia a total desarticulação de uma política maior. Havia sempre um fluxo de linhas que teimavam em fugir; elas se movimentavam abertas e continuamente, viabilizando conexões entre as interações do mundo com a comunidade escolar, no sentido pedagógico, regimental, curricular, do movimento estudantil e das relações sociais. Se micro e macro se dão pela simultaneidade, para Deleuze e Guattari (2012), é a partir dessa coexistência que se pode falar em política.

Em tempos de “grande estresse social”, a sexualidade deveria ser tratada “com especial atenção”, segundo Gayle Rubin (1984). Se, para alguns, o tema parece sem importância, um desvio fútil de problemas mais críticos, como a pobreza e o analfabetismo, para outros, é em momentos de efervescência política, em que se vive a possibilidade de destruições e retrocessos, que o debate precisa vir à tona.

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (Rubin, 1984, p. 1).

Para Rubin (1984), por mais de um século, nenhuma tática para “tratar da histeria erótica

tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças. A onda contemporânea de terror erótico se aprofundou ao máximo nas áreas nas quais se faz fronteira, mesmo que apenas simbolicamente, com a sexualidade dos jovens”. De acordo com a autora, o combate de políticos e partidos de direita ao “sexo não-familiar” e a sua relação com o comunismo não é novidade. “Ideologias da Nova Direita e do neoconservadorismo atualizaram esses temas, e se inclinam na ligação entre comportamento sexual ‘imoral’ com declínios putativos no poder americano. Em 1977 Norman Podhoretz escreveu um ensaio culpando os homossexuais pela inabilidade dos Estados Unidos em se levantarem diante dos russos (Podhoretz, 1977). Ele até nitidamente interligou ‘a luta anti-gay na arena doméstica e as batalhas anti-comunistas na política internacional’ (Wolfa e Sanders, 1979)”, (Rubin, 1984, p. 9). A autora cita exemplos de lutas travadas há décadas que ainda deixam resíduos na forma das leis, práticas sociais e ideologias, nos Estados Unidos. Para ela, é imperativo entender o que está acontecendo e o que está em jogo ao tomar decisões informadas sobre quais políticas apoiar ou se opor.

Neste sentido, proteger a escola e a família parece primordial para certos grupos. A gestão da sexualidade (Foucault, 1980) entra aí como um poderoso instrumento de regulação e normalização dos corpos e do desejo no espaço escolar, reforçando duramente o padrão de uma ciência sexual que diz o que se deve ou não fazer, falar ou não falar e assumir em termos de sexualidade entre meninas e meninos (Foucault, 1980). Os efeitos destas inscrições morais sobre o corpo e a sexualidade - aquelas que não se localizam em um único lugar, mas são capazes de passar por através dos sujeitos, como poros (Foucault, 1979) - esbarram tanto na construção dos planos de educação, currículos e regimentos escolares quanto nas interações, desde a pré-escola ao Ensino Médio, a partir de interjeições como “comporte-se como uma menina!”, “você não pode se vestir assim” ou de questionamentos do tipo “os seus pais sabem que você é *gay*?”, “você já se assumiu para a sua família?”, “os pais do Infantil podem reclamar se as virem se beijando”, “precisamos combater o ‘problema’ do feminismo e das expressões homoafetivas na escola”.

A professora Sol, do Laboratório da Diversidade, contou que o grupo sofria muita oposição “de gente que acha que escola é pra falar das quatro operações e do verbo *to be*. Falam que a gente está despertando a sexualidade dos alunos, como se eles já não tivessem a deles... E tem também o fato de darmos voz aos alunos e aí acharem que falar sobre isso significa que a escola vai virar um bordel”. Em entrevista, ela comentou que um professor já agiu, pessoalmente, contra a sua postura dentro do colégio. “Fiquei sabendo de um professor que ligou para a direção para dizer que a professora de Inglês postou no *Facebook* o apoio ao ‘BeijATO’. E o diretor falou para ele não se preocupar, não, que a escola me apoiava também”. O diretor do Ensino Fundamental, aliado do movimento estudantil e das professoras mais engajadas, propunha uma importante parceria para a fluência e o respeito ao debate. “Esse professor que ligou foi o mesmo que disse que os alunos precisavam de aulas de ‘Educação Moral’, dizem que nós é que estamos inventando esse negócio de diferença. Enquanto estava todo mundo no seu lugar quietinho, estava tudo bem. Enquanto os alunos fingiam que achavam as piadas engraçadas ou ficavam calados, tudo bem”, completou. Ela contou, feliz, que o sucesso do ‘BeijATO’ indicava que estavam fazendo um bom trabalho, pois os alunos estavam colocando em prática o que aprenderam. “A gente não sabe o que vai ser disso, o que vai acontecer, mas o que a gente tá vivendo é histórico”, disse.

No entanto, tampouco a característica contestadora e progressista de alunos e professores da escola poderia ser encarada pelo viés da generalização. Durante o mesmo “BeijATO”, a reação da parcela mais conservadora e agressiva da comunidade escolar remetia às motivações do setor pedagógico para a perseguição aos estudantes que mantinham práticas homo e bissexuais nos limites da escola, bem como aos impulsos para a conduta machista e trans/bi/homofóbica de docentes e servidores, e também à guinada à direita extremista de determinados setores da sociedade.

Propus-me, então, uma leitura sobre as narrativas juvenis da sexualidade e do gênero que trouxesse para o debate a valorização da produção de ressignificações, subjetividades e práticas políticas e as suas dimensões e efeitos

nos espaços da escola e as suas relações com o mundo fora. O desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e das primeiras experimentações participativas de construção da ação política no âmbito escolar e nas suas relações com a realidade da sociedade contemporânea expunha, assim, as suas estruturas, rachaduras, continuidades e tensões caracteristicamente urbanas.

A trajetória metodológica, portanto, seguiu não um roteiro elencado *a priori*, mas um mapa que foi se fazendo e refazendo no movimento das observações, rodas de conversa aberta e entrevistas. Dispensei formulários fechados ou questionários previamente esboçados para dar lugar a bate-papos abertos e coletivos e a abordagens que favorecessem a participação espontânea e ativa dos alunos, ao longo do ano de investigação no campo.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALEGRIA, Paula. *Sexualidade, política e juventude: Uma etnografia das configurações de experimentação da sexualidade e do movimento estudantil entre alunos de uma escola pública*. Dissertação de Mestrado. PPGCIS, PUC-Rio – Capes. Rio de Janeiro, 2016.

ALEGRIA, Paula. MORESCO, Marcielly. “Ocupar e resistir!”: As ocupações de escolas públicas e os movimentos de resistência estudantil no Brasil. Versões em inglês e espanhol. In: *Portal Open Democracy*, 2017. Disponível: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/paula-alegria-marcielly-moresco/ocupar-e-resistir-as-ocupa-es-e-resistencia-estuda>. Acesso dezembro de 2017.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico de 1995, 1996*. Disponível no site: <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/genero->

masculinidade-e-poder.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

BUTLER, Judith. Entrevista. In: Prins, Baukje e Meijer, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 10, nº1. Florianópolis, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100009&script=sci_arttext. Acesso em janeiro de 2016.

CARRARA, Sérgio e SIMOES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, n.28, 2007.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. In: *Revista Estudos Feministas* (Dossiê Gênero e Educação), vol.9 n.2. 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

EUGENIO, Fernanda. Corpos Voláteis: afeto e consumo nas “cenas cariocas”. In: Almeida, Maria Isabel Mendes e Eugênio, Fernanda. (orgs.) *Culturas jovens. Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos

gays nem lésbicas”. In: **Bagoas**, nº 4. 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

NUNES, Rodrigo. Artigo *A organização dos sem organização: oito conceitos para pensar o ‘inverno brasileiro’*, 2013. Disponível: www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3036. Acesso: julho de 2014.

PÉLBART, Peter Pál. Parque Augusta ou um desejo de rua. In: *Revista Online VitruVius*, 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5455>. Acesso em fevereiro de 2016.

PÉLBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*, 1984. Trad: Felipe Bruno Martins Fernandes e Miriam Pillar Grossi. Disponível no site: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em janeiro de 2016.

Fontes Consultadas

Diário Oficial da União, Resolução nº 12, 2015, disponível no site: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>. Acesso em julho de 2015.

Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias G1, 2015, disponível no site: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/09/lei-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-em>

escolas-de-volta-redonda.html. Acesso em janeiro de 2016.

Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias UOL, 2015, disponível no site <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em janeiro de 2016.

Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias Folha.com, disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pessao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em janeiro de 2016.

